

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.948 - MS (2019/0023756-5)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : MANOELA MEDINA ALDERETE
ADVOGADOS : RENATA BARBOSA LACERDA - MS007402
MARCELLE PERES LOPES - MS011239
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : CARINA SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MS004748

DESPACHO

À e-STJ fl. 620, o em. Ministro Francisco Falcão consulta sobre eventual prevenção deste Magistrado para o julgamento do feito.

Não obstante os argumentos expendidos, consoante anteriormente explicitado no despacho de e-STJ fl. 616, foi a mim distribuído o primeiro recurso sobre a execução de sentença proferida em ação coletiva que beneficiou servidores do Estado do Mato Grosso do Sul, ocasionando a distribuição, por prevenção, de centenas de feitos. Em outros, acerca do tema fui instado por ministros da Primeira Seção, então relatores dos processos, que após foram a mim redistribuídos.

Ocorre que o entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que a execução individual genérica de sentença condenatória proferida em julgamento de ação coletiva não gera a prevenção do Juízo, devendo o respectivo recurso submeter-se à livre distribuição. Vejam-se: REsp 1.474.851/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 04/11/2016; AgRg no REsp 1.432.236/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 23/05/2014.

Assim, em razão do entendimento desta Corte acima destacado e, especialmente, pelo expressivo número de processos relacionados ao feito primevo, determinei o retorno dos autos à Secretaria Judiciária para que o recurso fosse distribuído aleatoriamente entre os ministros das Turmas que integram a Primeira Seção.

Diante disso, permanecendo inalteradas as razões anteriormente expendidas, mantenho o entendimento de inexistência de prevenção no presente feito, determinando o retorno dos autos ao em. Ministro relator.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator